



## **ATIVISMO JUDICIAL E POLÍTICA MUNICIPAL: Ações judiciais e política nos municípios do Rio Grande do Sul na década de 2000**

Carla Rosane da Cruz (Bolsista), Fabiano Engelmann (orientador)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas . IFCH. Av. Bento Gonçalves, 9500. Campus do Vale, Poa/RS.

### **Introdução**

A pesquisa que será desenvolvida parte da problematização sobre o fenômeno da judicialização da política na acepção utilizada por análises produzidas predominantemente na Ciência Política francesa. Pretende-se, realizar um estudo sobre a relação entre o ativismo judicial e a definição de políticas públicas municipais. Como objetivos visa, primeiro, contribuir para o aperfeiçoamento dos esquemas analíticos que tratam do fenômeno da crescente imbricação entre a esfera jurídica e a esfera política. Para tanto, estabelece-se um diálogo com as pesquisas já realizadas tendo por foco a judicialização da política, o ativismo judicial e a politização das carreiras jurídicas de Estado no Brasil. O segundo objetivo é analisar um caso representativo do fenômeno em tela. As ações judiciais propostas contra municípios na década de 2000 visando a concretização de políticas na forma de efetivação de direitos.

### **Metodologia**

Com base predominantemente na metodologia qualitativa, serão analisadas amostras de acórdãos judiciais produzidos no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul visando identificar se a Corte atua no sentido de conter/incentivar o ativismo judicial. Como ponto de partida realizaremos a análise das ações judiciais propostas contra os prefeitos de uma amostra de municípios da região metropolitana de Porto Alegre na década de 2000.

### **Considerações**

A pesquisa encontra-se em fase inicial. O momento atual é revisão bibliográfica, levantamento de dados e de construção de um banco para alocar as informações obtidas.

Com a realização desta pesquisa, espera-se contribuir para o aperfeiçoamento de referenciais analíticos e dados para uma área temática ainda excessivamente centrada em unidades de análise federais e estaduais.

### **Referências**

ARANTES, Rogério Bastos. **Ministério Público e política no Brasil**. São Paulo: Educ: Ed. Sumaré: FAPESP, 2002.

DEZALAY, Yves. **La production doctrinale comme objet et terrain des lutes politiques et professionnelles**. In: POIRMEUR, Yves et al.. *La doctrine juridique*. PUF: Paris, 1993.

ENGELMANN, Fabiano. **Sociologia do campo jurídico**. Porto Alegre: SAFE 2006

VIANNA, Luiz W. et al CARVALHO, Maria A. R. de Carvalho, MELO, Manuel P.C. e BURGOS, Marcelo B. **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.